

O psicólogo diante da queixa escolar: possibilidades de enfrentamento

Psychologist before the school complaint: possibilities of confronting

*Nilza Sanches Tessaro Leonardo*¹

*Maria Júlia Lemes*²

*Marilda Gonçalves Dias Facci*³

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a compreensão e a atuação de psicólogos perante as queixas escolares, com vistas a contribuir para a proposição de ações de enfrentamento dessa questão no contexto escolar. Três psicólogas atuantes em escolas de um município no norte do Paraná foram entrevistadas a respeito dos seguintes aspectos: as queixas apresentadas no encaminhamento para assistência psicológica; as causas das dificuldades de aprendizagem; o processo de avaliação; o atendimento às queixas escolares; a medicalização das queixas escolares. Buscamos autores que tratam do tema, fundamentando-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e os articulando aos resultados da pesquisa. Constatou-se que a psicologia ainda tem contribuído para a reprodução de práticas tradicionais de discriminação – embora pequenos avanços tenham ocorrido –, permitindo estabelecer uma linha tênue, porém rica em sua criticidade, com a finalidade de promover mudanças nas concepções e ações do psicólogo no contexto escolar. O que defendemos é o desenvolvimento pleno das potencialidades dos educandos.

¹Doutora em Psicologia (PUC-Campinas). Professora do departamento de Psicologia e Programa de pós-graduação em Psicologia. Brasil. E-mail: nstessaro@uem.br

²Doutora em Educação (USP). Professora do departamento de Psicologia e Programa de pós-graduação em Psicologia. Brasil. E-mail: mjulialemes@gmail.com

³Doutora em Educação Escolar (Unesp– Araraquara) e pós-doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP). Professora do departamento de Psicologia e Programa de pós-graduação em Psicologia. Brasil. E-mail: marildafacci@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: atuação do psicólogo escolar; queixas escolares, Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT

The article presents results of a survey about the understanding and intervention of psychologists with regards to the school complaints, in order to contribute to the proposition of confronting actions in the school context. Three psychologists active in schools in a city in Northern Paraná, Brazil, were interviewed on the following aspects: complaints presented during forwarding; causes of learning difficulties; the evaluation process; handling of school complaints; medicalization of school complaints. We seek authors on the same matter basing themselves on the assumptions of Historical-Cultural Psychology, linking them to the results of the investigation, and deducing that psychology has still contributed to the production of traditional discrimination practices, though small advances have occurred, allowing the establishment of a fine line, but rich in its criticism, in the sense to promote changes in conceptions and actions in the scholar context. What we advocate is the full development of the student's potential.

KEYWORDS: School psychologist. School complaints. Historical-Cultural Psychology.

* * *

Introdução

A história mostra as contribuições para o entendimento do fracasso do aluno no processo de escolarização, que vão desde a psicometria, no final do século XIX, até teorias críticas que tentaram contextualizar historicamente essa questão (PATTO, 1990, SOUZA, 1997).

Neste artigo, referimo-nos a discussões de autores que se fundamentam nos estudos da Psicologia Histórico-Cultural, elaborada inicialmente por L. S. Vigotski, e em outros teóricos que defendem uma perspectiva crítica na psicologia, os quais combatem a visão individualista e adaptacionista dos problemas de escolarização. Vigotski e fundamentou no

materialismo histórico para compreender o psiquismo humano e é neste psicólogo educacional que nos baseamos para analisar a queixa escolar.

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a compreensão e a atuação de psicólogos no tocante às queixas escolares e propor alternativas para o enfrentamento dos problemas no processo de escolarização, tomando como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.

Nesse sentido, inicialmente, discutiremos a produção da queixa escolar, a psicologia e a atuação do psicólogo nesse contexto e, posteriormente, apresentaremos os resultados de entrevistas com três psicólogas escolares de um município localizado no estado do Paraná. Essas profissionais são concursadas e responsáveis pelo atendimento profissional a escolares considerados pelos professores “portadores” de problemas de aprendizagem e comportamento. Apontaremos, conjuntamente, algumas possibilidades de encaminhamento para o enfrentamento dos problemas detectados nos resultados apresentados.

A queixa escolar: relações com a psicologia e a atuação do psicólogo

De acordo com Leonardo, Leal e Rossato (2012), no Brasil, há várias décadas, a escola tem apresentado dificuldades para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, o que gera inúmeros obstáculos à apropriação do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade.

É inegavelmente elevado o índice de crianças que são encaminhadas para serviços de avaliação e tratamento por queixas escolares. Sobre esse aspecto, Facci et al. (2012) esclareceram que a sociedade capitalista tem interesse em manter a crença de que distúrbios e doenças são a causa das dificuldades escolares, eximindo, dessa forma, os governantes da responsabilidade de incentivar e financiar a educação.

Desse modo, individualiza-se o problema e as dificuldades no processo de escolarização são explicadas como decorrentes de fatores orgânicos, reproduzindo o ideário liberal que coloca nos sujeitos a responsabilidade pelas suas dificuldades.

De acordo com Zonta (2012, p.11),

(...) as ideias hegemônicas de que existem “naturalmente” pessoas mais ou menos capazes, fundadas em preconceitos de todos os tipos (raciais, étnicos, religiosos, de gênero), ignoram que as desigualdades sociais são produtos da existência de classes sociais antagônicas e as convergem em deficiências individuais.

Esse parece ser um pensamento dominante em nossa sociedade - sobretudo no contexto educacional -, que, como consequência, reproduz tal concepção realizando avaliações e ações discriminatórias que rotulam, classificam e estigmatizam alunos.

Bray (2012) contribuiu afirmando que as escolas brasileiras têm se mostrado muito mais a serviço da reprodução da ordem social vigente, cujos pilares destacam a competitividade e o forte apelo à meritocracia. Assim, elas se isentam da função de promover o desenvolvimento humano e propiciar transformações, reiterando a estrutura social em vigor.

Dessa maneira, reforça-se a premissa de que as queixas escolares têm sido explicadas por meio de visões tradicionais, nas quais o eixo de análise se centra no indivíduo e em suas condições biológicas, em detrimento de um olhar sobre o contexto social e histórico em que são produzidas (LEAL E SOUZA, 2014).

A pesquisa desenvolvida por Angelucci et al. (2004) revelou que a maioria dos estudos que versam sobre o fracasso escolar, em suas análises, mantêm o foco nas habilidades mentais do aluno, abstendo-se de reflexões acerca das implicações que envolvem a escola e suas práticas pedagógicas, que alimentam e perpetuam uma sociedade de classes.

Assim, o fracasso escolar é avaliado “[...] como um fenômeno que pode ser estudado sem que se considere a existência concreta da escola. [...] Sob o argumento da necessidade de ‘recorte’, isola-se o aluno que ‘não aprende’ da escola que o ensina” (ANGELUCCI et al, 2004, p.11), removendo de tais recortes as dimensões culturais, sociais e econômicas que abrangem a constituição da subjetividade e as suas relações com essa escola que não ensina.

Ao analisarmos a relação da psicologia com a educação ao longo da história, observamos que a visão organicista e adaptacionista que caracteriza sua origem ainda contribui para que se entenda a queixa escolar como um fator desvinculado da construção histórica e social. De acordo com Leal e Souza (2014), desde a avaliação da dificuldade que caracteriza a queixa escolar, a psicologia reproduz a segregação dos alunos, tendo em vista as explicações individualistas para o fenômeno.

Nos processos de exclusão marcados pelo insucesso escolar, deparamo-nos com a forte presença da psicologia, que busca realizar diagnósticos que condigam com os ideais da sociedade de separar, de um lado, os competentes e, do outro, os incapacitados.

Desse modo, a psicologia deixa de usar as especificidades do processo de desenvolvimento infantil em prol da evolução do ensino para se deter em “procedimentos psicométricos frequentemente viesados e estigmatizadores que deslocaram a atenção dos determinantes propriamente escolares do fracasso escolar para o aprendiz e suas supostas deficiências” (PATTO, 1990, p. 63). Bock(2000) afirmou que essa prática diferenciava os mais aptos e capazes, que provavelmente não eram os mais pobres, correspondendo às desigualdades sociais existentes (BOCK, 2000).

Antunes e Meira (2003) aduziram que a psicologia escolar passou a ser reduzida a uma “psicologia do escolar”, desconsiderando a realidade social e educacional, além de perpetuar a tendência histórica de se colocar a serviço da manutenção da estrutura tradicional da escola e da ordem social na qual ela está inserida. Acrescenta-se ainda o fato de que a prática

profissional dos psicólogos tem sido influenciada e apoiada pelas produções científicas atuais mais disseminadas, as quais centram sua análise unicamente nas características individuais, que muitas vezes são tomadas como naturalmente patológicas.

A maior demanda apresentada pelas escolas aos serviços de psicologia são as queixas escolares com solicitação de avaliação para fins de diagnóstico e o encaminhamento de crianças para profissionais das áreas médicas ou programas de educação compensatória na própria escola.

Essa forma de intervenção da psicologia na educação exerce forte influência no entendimento da atuação do psicólogo no contexto escolar. A despeito disso, acrescentamos que a psicologia tem empreendido esforços na contramão dessa vertente.

O fenômeno educacional, como elemento particular, deve ser compreendido em uma dimensão de totalidade, porque nele estão imbricadas as questões da sociedade capitalista. Para assimilaras formas de superação do entendimento, da avaliação, do encaminhamento e do tratamento acerca da queixa escolar é preciso estabelecer a relação entre a escola e o processo histórico.

Nesse prisma, defendemos uma psicologia que caminhe na direção contrária ao processo de naturalização das queixas escolares, que parta de uma concepção crítica de análise. Tal concepção nos instiga a repensar a prática do psicólogo, tendo como foco uma atuação que favoreça “[...] a reflexão, junto ao professor e à criança, sobre as relações estereotipadas existentes na escola, pautadas em crenças que atribuem a dificuldade no processo de escolarização à criança” (EIDT E TULESKI, 2007, p.533).

Essa tendência, de reflexão crítica sobre a psicologia escolar, permite repensar o compromisso ideológico da atuação do psicólogo, que, historicamente, surgiu para atender às necessidades da classe burguesa. O ponto crucial dessa reflexão é a construção de modos de atuação pautados em uma prática mais humanizadora, democrática e transformadora, na luta por uma educação de qualidade (ANTUNES e MEIRA, 2003).

Nesse sentido, defendemos que a Psicologia Histórico-Cultural pode colaborar para o desvelamento e a compreensão do “aluno que fracassa” como um homem capaz de aprender, de ser criativo, com potencialidade de transformar a realidade social. Além disso, essa perspectiva pode contribuir para que o educador e o psicólogo escolar reflitam e busquem instrumentos que impulsionem a aprendizagem e o desenvolvimento. Abordaremos alguns pressupostos dessa teoria quando apresentarmos as possibilidades de enfrentamento das queixas escolares.

Partindo da realidade: descrevendo a pesquisa dos psicólogos

Neste item do artigo apresentaremos os resultados da pesquisa realizada com as psicólogas e faremos uma discussão sobre as possibilidades de enfrentamento da problemática das queixas escolares. Nossa intenção é partir da realidade para pensar formas de superar/enfrentar a situação posta.

A pesquisa contou com a participação de três psicólogas ligadas à Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do interior do Paraná, que atendem às escolas municipais de educação básica (educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 5º ano). O tempo de formação das participantes da pesquisa variou entre 21 e 25, e o tempo de atuação, entre 21 e 25 anos. Todas foram contratadas por um concurso para a rede pública municipal de educação.

As informações foram coletadas por meio de uma entrevista semiestruturada elaborada conforme o modelo de pesquisa proposto pelo Programa de Cooperação Acadêmica (Procad-NF), que envolveu a Universidade Estadual de Maringá, o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de Rondônia.

Primeiramente, entramos em contato com a Secretaria Municipal de Educação, na qual nos informamos sobre o número e o local de atuação dos psicólogos escolares ligados àquela secretaria. Na sequência, contatamos

as três profissionais e agendamos um encontro para explicação da pesquisa e a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O encontro foi realizado no local de trabalho das psicólogas e as entrevistas com cada profissional tiveram a duração média de trinta minutos.

Para analisar os dados construímos os seguintes eixos: 1- Queixas apresentadas no encaminhamento; 2- Causas das dificuldades de aprendizagem; 3- O processo de avaliação; 4- Atendimento às queixas escolares; 5- Medicalização das queixas escolares.

1- Queixas apresentadas nos encaminhamentos

Ao responderem a questão referente às queixas que acompanham os encaminhamentos, conforme podemos ver no quadro 1, as participantes foram unânimes em informar que a principal reclamação diz respeito aos problemas de aprendizagem e comportamento. Porém, as psicólogas, além dessas queixas, apresentaram também outras, a saber: sexualidade aguçada, com uma resposta; violência, com uma resposta; e criança com dificuldade de socialização, citada uma vez.

Quadro 1 - Queixas que acompanham o encaminhamento

Categorias	Frequência
Dificuldades de aprendizagem	3
Dificuldades de comportamento	3
Sexualidade aguçada	1
Violência	1
Criança com dificuldade de socialização	1

Fonte: entrevista realizada com psicólogas.

Na compreensão das entrevistadas prevalecem as respostas de que os problemas de aprendizagem e de comportamento são as principais queixas ocasionam o encaminhamento de alunos para avaliação de

psicopedagogos, neurologistas, psicólogos clínicos e outros profissionais da área.

No entanto, é preciso considerar que encaminhar crianças que estejam apresentando algum problema na escola—seja de aprendizagem, comportamento, socialização etc.—sem antes fazer uma análise em que se considere aspectos como a qualidade do ensino ofertado, as estratégias de ensino, o conteúdo ministrado, a relação professor/aluno/escola e as políticas públicas de educação, é uma forma limitada e simplista de tratar a situação, pois considera as queixas escolares centradas no indivíduo, descartando outros aspectos determinantes na produção dessas queixas. A escola ignora que, na maioria das vezes, não tem conseguido viabilizar de forma efetiva a socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Sobre esse aspecto, Leal e Souza (2014) colocaram que nos deparamos constantemente com a naturalização das queixas no âmbito da escola, ou seja, elas são entendidas como parte de sua composição. As autoras expõem que a educação tem sido precarizada a cada dia, pois tem “(...) transmitido conteúdos esvaziados de sentido, de forma mecanizada, com a finalidade apenas de cumprir os programas” (p.23).

Dessa forma, podemos afirmar que a escola ainda se apresenta excludente, compreendendo os problemas de aprendizagem e comportamento como decorrentes quase exclusivamente de aspectos orgânicos e/ou emocionais, eximindo-se, assim, de responsabilidades no processo de escolarização.

Conforme Leal (2010), uma forma de enfrentar essa questão seria que a mediação realizada no contexto escolar buscasse principalmente articular a esfera do cotidiano com a da produção material e intelectual da humanidade. Somente assim serão criadas novas necessidades que extrapolarão aquelas do cotidiano, levando ao desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, é preciso superar o cotidiano com base nas mediações culturais externas, que desenvolvem seu psiquismo e assim o humanizam.

Segundo Vigotski (2000), é pelo conhecimento adquirido no mundo objetivo que se constrói o mundo subjetivo e é com a internalização de conceitos e valores apropriados por meio da educação que os homens se constituem como seres humanos, estruturam sua consciência e aprendem a viver em sociedade. Na idade escolar, a criança está vinculada aos estudos e é nesse período que ela começa a desenvolver as interpretações teóricas e abstratas da realidade.

Vygotski (1996) também afirmou que a escola provoca muitas mudanças nas relações sociais da criança, em razão das diferenças entre a educação informal da primeira infância e a educação formal, que é a função da escola.

Segundo Davidov (1988), o período da educação escolar é um momento de mudanças essenciais na vida da criança, principalmente na forma de organização de sua vida, com as novas obrigações que ela passa a ter como escolar. Os estudos exigem dela certas habilidades que até então não lhe eram cobradas. Um exemplo disso é a disciplina diante de uma série de normas que todos devem seguir, a submissão que exige da criança o controle de seus comportamentos, em que sua relação com os adultos da escola difere da que ela mantém com os pais.

Observamos que quando há uma queixa escolar e o aluno é encaminhado com problemas de aprendizagem e comportamento, a escola passa para a criança a responsabilidade pela resolução desse problema, desconsiderando a importância de assumir ela mesma o processo de ensino/aprendizagem, papel fundamental no processo de escolarização. Tal postura dificulta o desenvolvimento da criança, motivo pelo qual reforçamos o já descrito sobre a complexidade e interdependência dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Reverter essa queixa, ou mesmo impedir que ela seja construída, implica ter uma escola que ofereça condições objetivas e subjetivas para a aprendizagem de todos os alunos.

2- Causas das dificuldades no processo de escolarização

As causas mais comuns das dificuldades no processo de escolarização, de acordo com as psicólogas escolares (quadro 2), são a falta de condições socioculturais adequadas das famílias para a aprendizagem das crianças e o fato de estas serem maltrabalhadas.

A esse respeito, concordamos com Fernandes et al. (2006) quando afirmaram que no percurso de entendimento da Psicologia Escolar sobre o que subjaz a dificuldade das crianças na escola, existe um referendo à construção de explicações com base nas condições e problemas familiares. Tal fato representa uma saída ideológica para não tratar das dificuldades por meio da análise da escola e do processo de escolarização.

Essa afirmativa da esQUIVA ao olhar crítico e pedagógico sobre a escola também está na fala de uma das psicólogas, quando ela se reporta aos problemas neurológicos e de saúde em geral. Lembramos aqui estudiosos como Moysés e Colares (2010), que, ao tratarem da biologização dos problemas escolares, enfatizaram que este é o caminho fatídico para a medicalização dos problemas escolares, em detrimento de um olhar mais abrangente sobre a escola e o processo pedagógico.

Quadro 2-Causas das dificuldades no processo de escolarização

Categorias	Frequência
Falta de condições socioculturais adequadas para a aprendizagem	2
Rotatividade dos professores	1
Crianças que são maltrabalhadas, questões pedagógicas	2
Problemas neurológicos, síndromes, problemas de saúde	1

Fonte: entrevista realizada com psicólogas.

Algumas psicólogas entendem que as causas das dificuldades de aprendizagem são oriundas do indivíduo, devendo-se a aspectos orgânicos, isto é, a doenças neurológicas, síndromes e outros problemas de saúde.

Quanto a isso, com respaldo na teoria histórico-cultural, entendemos que analisar as dificuldades no processo de escolarização apenas pelo viés orgânico é ser muito reducionista, pois uma análise desse tipo desconsidera questões maiores, como os determinantes sociais, econômicos, políticos e institucionais.

Dessa forma, como muito bem afirmou Patto (1992), recai sobre os indivíduos um problema que é de cunho social e os fatos são analisados em uma perspectiva a-histórica, sem se considerarem as relações de produção capitalistas e o poder da ideologia neoliberal. Nessa perspectiva, é como se a criança não pertencesse a uma sociedade, como se fosse produto dela mesma.

Não obstante, merece destaque o fato de que as psicólogas expuseram como causas da não aprendizagem aspectos que não recaem sobre o aluno-como a rotatividade de professores, a falta de condições socioculturais adequadas para a aprendizagem, o trabalho inadequado com as crianças e as questões pedagógicas.

Nesse momento, elas parecem superar aquela visão de naturalização e individualização dos problemas no processo de escolarização, o que pode ser considerado como um ponto de partida para uma perspectiva crítica de atuação que leve em conta os determinantes histórico-culturais. Parece-nos que, de alguma forma, elas contextualizam o problema e se distanciam da forma simplista de atribuir a origem dos problemas aos indivíduos.

Uma forma de superar essa visão acerca das causas das dificuldades no processo de escolarização pode ser encontrada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Nessa perspectiva, o historicismo marca o desenvolvimento humano e o homem é compreendido como uma síntese das relações sociais (VYGOTKI, 1930), ou seja, o

psiquismo está atrelado às condições materiais, à forma como, por meio do trabalho, os homens foram transformando a realidade e, conseqüentemente, transformando-se a si mesmos.

Como propôs Leontiev (1978), o homem aprende a ser homem mediante a apropriação do conhecimento, no processo educativo. Assim, é por meio das mediações realizadas pelos homens no processo histórico que o desenvolvimento ocorre em nível ontogenético. O homem se apropria da cultura e supera, assim, o desenvolvimento biológico. Esse aspecto precisa ser levado em consideração para justificar o fato de as crianças apresentarem queixas escolares.

É necessário analisar quais possibilidades de acesso a criança teve efetivamente para se apropriar dos conteúdos, baseando-se na compreensão de que nossa sociedade é estratificada em classes sociais e de que o acesso aos bens materiais e culturais não é o mesmo para todos.

Patto (1990) já analisava que as dificuldades no processo de escolarização são construídas socialmente, não estão localizadas nos indivíduos. Assim, nosso olhar sobre as causas do fracasso escolar deve considerar as condições histórico-sociais que produzem esse aluno que não consegue aprender e uma família que não consegue acompanhar os filhos na escola.

Vigostki (2001) explicou que a escola reproduz a ideologia da classe dominante, a mesma ideologia que atribui as dificuldades no processo ensino-aprendizagem ao indivíduo –seja ele o professor, o aluno ou seus pais –e isso precisa ser remetido para a compreensão da base material da sociedade.

3-- O processo de avaliação das queixas escolares

Em coerência com as respostas à questão anterior, observamos no terceiro quadro, apresentado na sequência, que a maioria das psicólogas utiliza a entrevista com a família para a avaliação. Quanto ao teor da

entrevista, não questionamos se ela segue um modelo de anamnese, centrando-se mais na história de vida da criança.

Assim, as queixas ou deficiências podem acabar sendo justificadas pelas informações sobre a história da família do aluno e, de fato, segundo Machado (2000, p.151), significam um grande risco ao potencial de investimento da escola nesse aluno, pois se baseia nas causas individuais e familiares para explicar ocorrências do cotidiano escolar, o que pode levar a entendimentos e generalizações perigosas, uma vez que não se investiga a essência do problema, examinando-se somente a aparência. Desse modo, a queixa pode ser tomada abstratamente, ou seja, descontextualizada da história escolar e social e das relações dialéticas que constituem o ensinar e o aprender, objeto do processo de escolarização.

Quadro 3- Como é feito o processo de avaliação

Categorias	Frequência
Entrevista com a família	3
Aplicação de testes: WISC, Bender, desenho livre, desenho da figura humana, desenho da família, Raven.	1
Utilização do WISC, Bender, Colúmbia III –por exigência do estado do Paraná	1
Utilização de jogos	1
Análise do histórico escolar	1
Por meio de histórias	1
Entrevista com a criança	1
Entrevista com as pessoas que atendem o aluno	1

Fonte: entrevista realizada com psicólogas.

O processo de avaliação é feito por entrevistas com a família ou com a criança, ou ainda com as pessoas que atendem a criança, além de aplicações de testes psicométricos como o WISC, o Raven, o Colúmbia ou projetivos como a figura humana.

Sobre os testes psicométricos, podemos afirmar que quando são utilizados aleatoriamente e com pouca cautela, eles podem selar o destino de

muitas crianças, passando a considerá-las abaixo da média, isto é, deficientes ou portadoras de distúrbios tanto de aprendizagem como de comportamento e, por isso mesmo, incapazes de aprender os conteúdos acadêmicos.

No tocante a esses instrumentos, concordamos com a afirmação de Patto (1997) de que os instrumentos avaliativos são recursos para confirmar a incapacidade e excluir os que já se encontram em uma condição menos favorecida, ou seja, os resultados das avaliações dependem da classe social do indivíduo. Nesse sentido, cabe a crítica ao uso desses instrumentos com a finalidade de enquadramento dos indivíduos e busca pela normalidade, legitimando as dificuldades por meio de testes.

Não obstante, merece destaque o fato de que entre as psicólogas apareceram alguns fatores que superam a avaliação tradicional, levando em consideração, ao avaliarem os alunos, outros aspectos que não somente os individuais como a utilização de jogos e histórias e a análise do histórico escolar. Essa forma de conduzir o processo avaliativo abre a possibilidade de se ver o aluno encaminhado para avaliação com olhos que enxergam além do aparato biológico, entendendo-o dentro de seu contexto sócio-histórico.

Entendemos que esse aspecto caminha para um processo de superação no tocante à avaliação. Isso demonstra uma contradição: ao mesmo tempo em que utilizam testes psicométricos, os profissionais também buscam observar outras características que envolvem o ensinar e o aprender.

Ao buscarmos alternativas para o processo de avaliação que fujam ao enfoque individualizante, consideramos que nesse processo se faz mister considerar que o indivíduo não se desenvolve naturalmente; o avanço para níveis superiores de desenvolvimento psíquico depende do meio em que ele está inserido e, sobretudo, das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que lhe são propiciadas.

Vale destacar nesse momento que Vigotski (2000) não desconsiderou o caráter biológico no desenvolvimento, mas não o tomou

como o principal, colocando-o em um plano secundário. O autor julgou que a aprendizagem é anterior ao desenvolvimento e que a criança nasce com apenas uma capacidade – a de aprender ilimitadamente. Por isso, com condições adequadas de vida e de educação, é possível à criança desenvolver as máximas qualidades humanas, ficando evidente que o determinante para o desenvolvimento é meio social, e não a maturação biológica.

Seria importante, nesse sentido, considerar o que Vygotski (1995) propôs quando abordou a questão do método instrumental. O autor enfatizou que é importante explicar, e não simplesmente descrever os comportamentos dos indivíduos; que é preciso analisar o processo - nesse caso, o processo de constituição das queixas escolares –, e não o resultado do não aprendido; e, finalmente, analisar a origem dessas dificuldades, compreendendo as relações internas dos fatos, e não somente suas manifestações.

Segundo Vigotski (2000), é por meio do conhecimento adquirido no mundo objetivo que se constrói o mundo subjetivo. É com a internalização de conceitos e valores adquiridos por meio da educação que os homens se constituem como seres humanos, estruturando sua consciência e aprendendo a viver em sociedade. Esse ponto necessita ser considerado no processo de avaliação.

Vygostki e Luria (1996, p. 237) consideraram que "(...) o grau de desenvolvimento cultural de uma pessoa expressa-se não só pelo conhecimento por ela adquirido, mas também por sua capacidade de usar objetos em seu mundo externo e, acima de tudo, usar racionalmente seus próprios processos psicológicos". A capacidade intelectual está vinculada à habilidade do indivíduo de usar os recursos mediadores criados pelos homens.

A tarefa do diagnóstico, segundo Vygotski (1996), consiste em estabelecer o nível de desenvolvimento real alcançado pela criança - ou seja, aquilo que já está efetivado, que ela consegue fazer sozinha, assim como aquilo que se encontra no nível de desenvolvimento próximo, em que a

criança precisa de ajuda para resolver as tarefas cognitivas – e em analisar as potencialidades em nível prospectivo, isto é, o que não está plenamente desenvolvido.

4- *Atendimento às queixas escolares*

Os dados expostos no quadro 4 mostram que o atendimento às queixas escolares **citado** pelas psicólogas tem como foco o aluno e/ou sua família, ou seja, é o aluno quem vai para o contraturno, para o reforço escolar, ou para o psicólogo para atendimento clínico, por ter problemas emocionais; ou para o neurologista, por ser portador de alguma doença neurológica que explique seu problema na escola. O trabalho de auxílio à família seria necessário porque, do ponto de vista desses profissionais, as dificuldades da criança se caracterizam como de ordem individual ou familiar.

Quadro 4-Atendimento às queixas escolares

Categorias	Frequência
Reforço escolar, acompanhamento pedagógico feito no contraturno na escola	1
Encaminhamento para um psicólogo clínico	1
Encaminhamento para o neurologista para atualizar a avaliação	1
Auxílio para acompanhamento da família que esteja com dificuldades	1

Fonte: entrevista realizada com psicólogas.

Respostas como essas mostram que a compreensão sobre as queixas escolares se mantém dentro da vertente organicista e psicologicista, em que as explicações para todas as mazelas da escola se centram no aluno ou em sua família. Assim, desconsideram-se as dimensões culturais, sociais e econômicas envolvidas na constituição da subjetividade e nas suas relações

com uma escola que não tem conseguido ensinar todos os seus alunos. (ANGELUCCI et al., 2004).

Como se pode observar no quadro 5, as entrevistas propõem que alunos diagnosticados com deficiência sejam encaminhados para a sala de recurso multifuncional, para especialistas (neurologistas, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas ou psiquiatras) ou para o Laboratório Temático de Inclusão Digital de uma universidade da cidade, e que sejam acompanhados.

Pelas respostas apresentadas, parece evidente que os problemas no processo de escolarização têm sido compreendidos como oriundos do próprio aluno e que dependem do seu grau de desempenho, da sua capacidade intelectual, da auto eficácia, do seu potencial cognitivo, das suas emoções, do seu comportamento, do seu nível socioeconômico e das suas relações interpessoais.

Dessa maneira, não estamos afirmando que os sujeitos não devam ser considerados em suas individualidades, mas que a análise deve passar pelas relações sociais, pela forma de organização da sociedade, da família e mesmo da sala de aula e da interação com o professor, para depois chegar à criança. A análise deve iniciar do olhar mais amplo para o particular na compreensão do porquê de a criança não estar aprendendo, mas depois, é preciso também ir do singular para o universal, em uma relação dialética.

Quadro 5- Encaminhamento proposto para alunos com diagnóstico de deficiência

Categorias	Frequência
Encaminhamento para a sala de recurso multifuncional	3
Encaminhamento para especialistas: neurologistas, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, psiquiatras	1
Encaminhamento para o Laboratório Temático de Inclusão digital de uma universidade da cidade	1
Acompanhamento do aluno após o encaminhamento	1

Fonte: entrevista realizada com psicólogas.

Esses resultados nos possibilitam afirmar que a concepção sobre as queixas escolares que prevalece entre as participantes é a de que o indivíduo é responsável tanto por seu sucesso quanto por seu fracasso, de forma que as diferenças sociais e o fracasso escolar são fruto da incapacidade individual, ficando naturalizado o meio social.

Na tentativa de justificar tais contingências, elas entendem que a não aprendizagem das crianças se relaciona ao fato de serem “carentes culturalmente”, “pobres”, “pouco estimuladas”, “doentes”, “com pais ausentes e separados”, “deficientes” etc. Não podemos deixar de mencionar, ainda, que às vezes o atendimento no contraturno é o único recurso que a escola pode oferecer ao aluno no processo de escolarização, só restando ao profissional fazer esse tipo de encaminhamento.

Constatamos, em uma das respostas, que as dificuldades são individualizadas e desviadas para serem resolvidas na área da saúde. Cabe destacar que as dificuldades são escolares, portanto o encaminhamento prioritário deve ser relativo ao processo de escolarização.

Não observamos nas respostas o envolvimento dos professores na busca da solução do problema enfrentado no processo ensino-aprendizagem, o que leva a pensar que a atuação da psicóloga escolar tem sido restrita ao encaminhamento do aluno com dificuldades de aprendizagem a outros especialistas e à prestação de orientações aos familiares - atendimentos muito similares a uma perspectiva clínica.

Essa forma de compreender as queixas escolares aponta para o fato de que nem sempre os elementos essenciais da constituição humana são considerados, isto é, que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (atenção, memória, pensamento abstrato etc.) está atrelado às mediações propiciadas pelo o meio ao qual o indivíduo pertence.

Na busca por uma concepção crítica de atuação da psicologia quanto à avaliação das queixas escolares, entendemos, assim como Vygotski

(1996, p. 22), que o diagnóstico "(...) deve explicar e prognosticar e dar uma recomendação prática fundamentada cientificamente". Isso significa que o diagnóstico não é feito para classificar a criança, mas para contribuir na elaboração de estratégias que auxiliem os alunos no processo de apropriação dos conhecimentos.

Na Psicologia Histórico-Cultural o aprendizado é entendido como uma condição imprescindível para o desenvolvimento do psiquismo humano (LEONTIEV, 1978). É o aprendizado que provoca a interiorização da função psíquica. Nesse sentido, o aluno que apresenta queixas escolares necessita de mediações diferenciadas para se apropriar da linguagem escrita, da leitura e da matemática, o que nos permite afirmar que é com base nas mediações no processo de escolaridade que a aprendizagem é oportunizada a todas as crianças.

Os conhecimentos curriculares ensinados pelo professor provocam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a memória lógica, a abstração, a atenção concentrada, a criatividade e outras (VIGOTSKI, 2000). O processo de apropriação ocorrerá sempre com a passagem do nível interpsicológico (entre as pessoas) para o nível intrapsicológico (nível interno, individual). A mediação do professor pode levar os alunos à apropriação dos conteúdos, para que eles possam se desenvolver se apropriando da experiência histórico-social.

O professor dirige a prática pedagógica (FACCI, 2004) e o psicólogo necessita colaborar com o professor, principalmente com aquele que atende na sala de recurso multifuncional, na sala de apoio ou no contraturno, com o intuito de tomar consciência do quanto a sua intervenção pode ajudar o aluno a superar as defasagens que foram construídas no cotidiano da escola.

A educação escolar deve realizar a mediação entre as esferas do cotidiano e as esferas da produção material e intelectual da humanidade, criando no indivíduo necessidades diferentes daquelas já presentes no seu cotidiano. Essas mediações culturais externas, ao serem inseridas nas ações

do sujeito, humanizam-no, tornando-o um ser social e desenvolvendo seu psiquismo. Essa concepção é fundamental para o trabalho com os alunos diagnosticados com queixas escolares ou deficiência intelectual.

O pleno desenvolvimento do indivíduo pressupõe uma apropriação de formas de elevação que se coloquem acima da vida cotidiana. Pressupõe, ainda, que a realidade seja desvelada em suas múltiplas relações e determinações, como algo que vai além do que é dado imediatamente ao conhecimento, compreendida como *realidade social* constituída historicamente pelos homens e não como algo *natural*.

É preciso que se compreendam as relações instituídas e instituintes da organização social e, para isso, é fundamental que a educação possibilite a superação da cotidianidade e conduza à elevação do indivíduo. (LEAL, 2010, p. 136-137)

5- *Medicalização na escola*

De acordo com Silveira, Ribeiro e Leonardo (2014), a forma natural de ver nos alunos as causas dos problemas de aprendizagem e comportamento tem sido questionada na atualidade, sobretudo no que diz respeito à sua saúde mental. Vivemos, no presente, um processo de medicalização da sociedade e da escola. Entendemos medicalização conforme Moysés (2001, p. 176), ou seja, como o "[...] fruto do processo de transformação de questões sociais, humanas, em biológicas".

Na pesquisa, todas as psicólogas verbalizaram que há alunos fazendo uso de medicamentos para resolver problemas de aprendizagem. A Ritalina foi mencionada por todas as profissionais e a Risperidona e o Depaquene foram citadas uma vez cada.

Tal constatação reforça a visão reducionista e organicista que prevalece em nossa sociedade sobre as queixas escolares. Essa visão leva à compreensão de que os alunos têm suas patologias específicas e de que por isso necessitam de diagnóstico e tratamento. Daí, emergem os encaminhamentos para psicólogos e médicos, o que, em geral, inclui a psicoterapia e, sobretudo, o uso de medicação.

Como expuseram Garrido e Moysés (2010), nas últimas duas décadas, a perspectiva de que as dificuldades escolares de nossas crianças têm origem em problemas cuja resolução se encontra na área médica tem sido cada vez mais aceita. “Essa certeza abre espaço para profissionais da saúde, exames, rótulos, diagnósticos, remédios, todos voltados a legitimá-la e a transformar crianças em crianças-problema ou anormais” (GARRIDO E MOYSÉS, 2010, p. 150). Assim, problemas coletivos são tratados como individuais.

Isso aponta para o fato de que há crianças fazendo uso de remédios para resolver problemas de aprendizagem e, muito provavelmente, também para dificuldades de comportamento na escola. Estamos hoje diante da educação medicalizada e é visível que a medicina adentrou nos espaços escolares, pois é muito alto o número de crianças que fazem uso de medicações para resolver problemas que de fato não são de ordem orgânica, mas de ordem social.

Garrido e Moysés (2010) e Meira (2012) têm questionado os efeitos da medicalização da escola, pois tal ocorrência pode significar um desvio de trato das questões institucionais e sociais para uma concepção de aprendizagem centrada em fatores biológicos. A escola estaria delegando para outros setores – no caso, a saúde -tarefas que são dela.

De acordo Suzuki (2012), a Globonews de 12 de novembro de 2010 delatou o aumento demasiado da utilização de drogas para a melhora da aprendizagem em crianças escolares. Segundo essa edição, o Brasil é o segundo país que mais vende a droga Ritalina⁴, perdendo somente para os Estados Unidos. A “droga da obediência”, seu nome popular, teve uma venda no Brasil de 70.000 caixas no ano 2000 e, no ano de 2009, esse número chegou a 1.700.000 caixas

⁴ Nome comercial do medicamento metilfenidato, muito utilizado nos diagnósticos de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), ou seja, receitado para crianças que são diagnosticadas com algum problema de comportamento e/ou aprendizagem.

Como superar essa impregnação dos medicamentos na escola? Como afirma Vygotski (1995), temos que retomar a ideia de que as funções psicológicas superiores (memória, atenção, abstração, entre outras funções) se desenvolvem socialmente, e não naturalmente. Assim, a escola é imprescindível para o processo de desenvolvimento do psiquismo humano, pois é o local do conhecimento científico, que provoca desenvolvimento mental e afetivo, possibilitando a humanização do indivíduo.

A escola precisa estar preparada para empreender ações que contribuam para que o aluno tenha autodomínio do seu comportamento. O caminho não é reforçar a crença nos déficit, transtornos mentais e distúrbios de aprendizagem. Não podemos nos calar diante de explicações que tomam como referência questões orgânicas e deixam de ponderar o quanto a sociedade capitalista reforça essas questões.

Os alunos que estão sendo medicalizados precisam encontrar outras possibilidades para superar as dificuldades que ocorrem na escola e o psicólogo pode auxiliar pensando e discutindo com os professores estratégias de ensino que desenvolvam as potencialidades dos educandos, resgatando com eles e seus professores a importância de mediações adequadas para o desenvolvimento cognitivo.

Considerações finais

Entrevistamos três psicólogas inseridas em uma rede de ensino que atende 60 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), 49 escolas municipais de ensino fundamental I – do 1º ao 5º ano –, e 22 escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando aproximadamente 32 mil alunos.

As ideias difundidas por essas psicólogas atingem uma grande parcela de profissionais, pais e alunos. O que pudemos perceber são contradições na forma de compreender, avaliar e encaminhar as dificuldades no processo de escolarização. Em alguns momentos o olhar é ampliado, em

outros, só o indivíduo é enxergado. Como fugir de ideários que circulam nas universidades, nas escolas, entre professores e pais? Como fugir dos resultados da própria ciência, em diversas áreas, que teimam em tentar encontrar no aluno a causa de ele não aprender? Exemplo disso são as várias pesquisas que estão mapeando o cérebro para encontrar a causa do não aprender. Avanços e recuos fazem parte do movimento da sociedade.

A medicina continua tendo influência na educação e, em muitas situações, pode direcionar um aluno considerado indisciplinado para um tratamento que desconsidera as condições histórico-sociais que de fato lhe causam dificuldades para ler, escrever e contar. A busca pelo culpado continua incessante, mas não basta simplesmente culpar pais que querem que seus filhos se concentrem e aprendam, ou culpar professores que querem comportamentos disciplinados para que possam dar conta de uma sala de aula de trinta, quarenta alunos.

Muitas vezes, a medicalização descontrolada tem sido banalizada por professores que acreditam ser o remédio a solução para o fracasso escolar. Vivemos, em muitas ocasiões, a repetição de ações e explicações sobre as dificuldades no processo de escolarização. A atuação do psicólogo nas escolas também tem referendado, de forma geral, a premissa de que as dificuldades ou problemas de escolarização estão no indivíduo e em suas famílias e de que, por isso mesmo, deve-se ter como base um diagnóstico médico, que irá orientar os encaminhamentos escolares.

Na contramão dessas ideias, estudiosos da Psicologia Histórico-Cultural como Vigotski e Leontiev na década de 1920e, mais recentemente, autores que têm tentado imprimir à Psicologia uma visão marxista do homem— tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético —, tentam traçar novos rumos, como pudemos ver neste artigo.

Não podemos deixar de analisar o quanto o singular e o universal estão entrelaçados. As psicólogas entrevistadas têm suas histórias de vida, mas fazem parte desta sociedade, que faz circularem ideias e justificativas para as queixas escolares que não vão à essência do problema: as relações de

classes, os fatores multideterminados que compõem professores, pais e alunos nesse momento tão rico de aprender a ler e escrever.

Embora a temática da queixa escolar tenha sido ampliada nas discussões e neste artigo tenhamos buscado não somente criticar, mas pensar em formas de enfrentamento, o limite da pesquisa deixa claro o quanto ainda temos que avançar. As respostas obtidas nas entrevistas deixaram lacunas que precisam ser preenchidas e para as quais somente na relação entre teoria e prática poderemos encontrar alternativas.

Finalizando este artigo, nossa preocupação é focalizar aqueles alunos que, transformados em uma “queixa escolar”, estão à margem do ensino e - fazendo um percurso da escola às unidades de saúde –identificar o que de fato impossibilita a escola de cumprir sua função de ensinar os conhecimentos já produzidos historicamente. Os alunos precisam de mediações que possibilitem a transformação da consciência para que conheçam a realidade na sua essência.

Referências

- ANGELUCCI, C. B. et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): Um estudo introdutório. São Paulo: *Educação e Pesquisa*, v. 30. n. 1, p. 51-72, jan/ abril, 2004.
- ANTUNES, M. A. M.; MEIRA, M. E. M. (Orgs.). Prefácio. In: *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. pp. 7-10.
- BOCK, A. M. B. As influências do Barão de Munchausen na Psicologia da Educação. In: TANAMACHI, E. R. et al. (Org.). *Psicologia e Educação: Desafios teóricos-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 11-33.
- DAVIDOV, V. V.. La actividad de estudio en la edad escolar inicial. In: DAVIDOV, V. V. *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico*. Moscú: Progreso, 1988. p. 46-98.
- EIDT, N. M.; TULESKI, S. C. Repensando os distúrbios de aprendizagem a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Maringá: *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 3, p. 531-540, set/ dez, 2007.

FACCI, M. G. D. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FACCI, M. G. D. et alii. Medicalização na escola e fracasso escolar: novamente a culpa é do aluno? In: FACCI, M. G. D. et alii. *A Exclusão dos "incluídos": uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. 2a.ed. Maringá: EDUEM, 2012. p. 157-186.

GARRIDO, J.; MOYSÉS, M. A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. (Org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p.149-162

FERNANDES, Â. M. D. et alii. Histórias e práticas do sofrer na escola: múltiplos atos/atores na produção do "aluno-problema". In: MACHADO, A. M. et alii. (Orgs). *Novos possíveis no encontro com a Educação*. São Paulo: CASA DO PSICÓLOGO, 2006.

LEONARDO, N. S. T. ; LEAL, Z.R.G ; ROSSATO, S. P. M. . Estado da arte de estudos sobre a queixa escolar (1990/2009): uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural. In: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. de R. G. ; ROSSATO, S. P. M. (Org.). *Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar*. EDUEM: Maringá, 2012, p. 06-42.

LEAL, Z. F. R. G. ; SOUZA, M. P. R. . O processo de escolarização e a produção da queixa escolar uma relação antiga, um problema atual. In: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. de R. G. ; FRANCO, A. de F. (Org.). *O processo de escolarização e a produção da queixa escolar: reflexões a partir de uma perspectiva crítica em psicologia*. Maringá: Eduem, 2014, p. 19-40.

LEAL, Z. de R. G. *Educação escolar e constituição da consciência: um estudo com adolescentes a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. 2010. 372 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia, São Paulo, 2010.

LEONTIEV, A. N. *O Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

MACHADO, A. M. Avaliação psicológica na educação: mudanças necessárias. In: TANAMACHI, E. R. et alli. (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 143-167.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: FACCI, M. G. D. et alli. (Orgs.) *A exclusão dos “includidos”*: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2012, p. 91-132

MOYSÉS, M. A. A. *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola*. Campinas, SP: Mercado da Letras; São Paulo: Fapesp, 2001

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.). *Medicalização de Crianças e Adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 71-110.

PATTO, M. H. *S.A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro*. Psicologia USP, São Paulo, v.3, n. 1, p. 107-121, 1992.

_____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

_____. Para uma crítica da razão psicométrica. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004>

SILVEIRA, J. M.; RIBEIRO, M. J. L.; LEONARDO, N. S. T. Queixas escolares: analisando as práticas institucionais de encaminhamento. In: LEONARDO, N. S. T. LEAL, Z. F. de R. G.; FRANCO, A. de F. (Org.). *O processo de escolarização e a produção da queixa escolar: reflexões a partir de uma perspectiva crítica em psicologia*. EDUEM, 2014, p. 61-78.

SOUZA, M. P. R. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. Em MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). *Psicologia escolar em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 17-33.

SUZUKI, M. A. *A Medicalização dos Problemas de Comportamento e da Aprendizagem: uma prática social de controle*. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) . Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR

VIGOTSKI, L. S.A *Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Psicologia pedagógica: un curso breve*. Buenos Aires: AIQUE, 2001.

_____. *Obras Escogidas IV*. Madrid: Visor Distribuciones, 1996.

_____. *Obras escogidas III*. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1995.

_____. *A transformação socialista do homem*. URSS: Varnitso, 1930. Tradução Marxists Internet Archive, english version, NilsonDória, julho 2004. Disponível em: <http://www.marxistts.org/>. Acesso em fevereiro 2007.

VYGOTSKY, L.S. & LURIA, A.R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ZONTA, C. Prefácio da 1. Edição. In: FACCI, M. G. D. et alli. *A Exclusão dos "incluídos": uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. 2a.ed. Maringá: EDUEM, 2012. p. 11-14.

Recebido em julho de 2015.
Aprovado em dezembro de 2015.